

## MOÇÃO DE REPÚDIO AOS ATOS FASCISTAS CONTRA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CRÍTICO

Recentemente, têm aumentado ações de perseguição política aos intelectuais comprometidos com as causas populares, principalmente nas instituições de ensino superior. As ações são instauração de Processo Administrativo Disciplinar, abertura de ações do Ministério Público com denúncias, geralmente anônimas, contra cientistas que se posicionam de forma crítica e buscam dar visibilidade aos diversos movimentos socioterritoriais. Consideramos que tais ações possuem características perversas, de cunho fascista, que suprimem a liberdade, criminalizam atividades científicas, perseguem os que lutam contra a desigualdade e pela democracia, representando, portanto, um ataque ao questionamento e à reflexão crítica da realidade.

Comentamos alguns casos recentemente ocorridos que demonstram a materialidade das ações que consideramos de caráter fascista. Os casos e as reações estão aumentando, vamos aos fatos:

- Novembro de 2016 – Docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) são vítimas de processos administrativos que investigam a conduta dos mesmos durante a ocupação estudantil no prédio da UTFPR em 2016. Tal ato foi organizado e realizado contra o desmonte das políticas públicas educacionais, entre elas, a contrarreforma do Ensino Médio e a PEC do Teto dos Gastos (EC 95/16). Os professores estão sendo investigados por terem atuado na negociação e na preservação da integridade física dos estudantes da UTFPR, já que foram ameaçados por fazerem parte da ocupação.

- Dezembro de 2016 – Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi realizada a operação “PhD”, em vistas de uma possível fraude em um programa de extensão.

- Fevereiro de 2017 – 180 Policiais Federais invadiram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A operação foi batizada de “*Research*” e foram cumpridos mandados de prisão e oito conduções coercitivas.

- Setembro de 2017 – Operação “ouvidos moucos”, nas UFSC. Foram cumpridos sete mandados de prisão temporária e cinco de coerção condução coercitiva. 115 policiais federais participaram. O reitor da universidade foi preso por obstruir investigações, levado algemado, submetido a revista íntima e solto logo depois.

- Outubro de 2017 – Em Santa Catarina o Ministério Público tenta criminalizar servidores públicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que foram mediadores e defensores do espaço público da Universidade e de estudantes, diante do conflito estabelecido à época, que contou com a presença ostensiva de policiais e o uso

desproporcional da sua força, docentes e técnico-administrativos foram ameaçados judicialmente pelo Ministério Público de perderem a função pública, pagarem indenização de mais de R\$ 45mil de danos patrimoniais, além da perda dos direitos políticos por oito anos.

- Novembro de 2017 – Na Universidade de São Paulo (USP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), em Piracicaba, um docente foi convocado para uma oitiva por uma Comissão Sindicante instalada pela direção da unidade com a finalidade de investigar uma atividade acadêmica organizada em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A referida sindicância está voltada a IV edição da Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária (JURA), organizada pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA), pelo Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE PTECA/ESALQ) e por movimentos sociais.

- Novembro de 2017 – Em Minas Gerais, a Polícia Federal abriu Inquérito Policial contra um docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o ex-reitor da mesma universidade, que estão sendo investigados por pretensamente desobedecer uma decisão judicial de 2013 suspendendo as atividades do programa de extensão Centro de Difusão do Comunismo (CDC-UFOP) – cujas atividades foram efetivamente suspensas após a decisão judicial. A abertura do inquérito foi solicitada pelo Ministério Público Federal em maio deste ano, após uma denúncia anônima sobre a continuidade das atividades do Núcleo de Estudos Marxistas (NEM – UFOP), registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- Novembro de 2017 – Ainda em Minas Gerais, após denúncia anônima, professoras dos Departamentos de Geografia, História e Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM – MG), receberam documento que solicita que prestem esclarecimentos ao Ministério Público Federal sobre o desenvolvimento e participação na organização e realização da III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA). O teor da denúncia acusa as professoras de difundirem e pregarem ideologias que se dirigem a uma suposta alienação política, além de serem acusadas de incitarem ocupações de espaços públicos por parte de discentes na universidade.

- Dezembro de 2017 – Universidade Federal de Minas Gerais. 84 policiais federais, 15 auditores da Controladoria Geral da União e 2 do Tribunal de Contas da União realizaram a operação “esperança equilibrista”. Foram conduzidos coercitivamente o atual reitor e a vice-reitora além de outros servidores administrativos.

Diante destes fatos a REDE DATALUTA torna público seu repúdio às perseguições em curso por negarem frontalmente o artigo 207 da Constituição Federal brasileira, que

versa sobre a autonomia didático-científica universitária e ferem princípios legais como a presunção da inocência, o devido processo legal e a dignidade da pessoa humana. Assim, consideramos que tais ações golpeiam a liberdade de cátedra, da pesquisa acadêmica, da construção do livre saber e pensar, pois atacam a liberdade de organização e participação político-sindical. Expressa sua solidariedade e apoio aos (às) docentes e aos (às) militantes implicados que estão sendo perseguidos por não se intimidarem com o avanço do fascismo obscurantista, perseguidos por se manterem juntos com os movimentos sociais, entidades classistas e movimento estudantil, na luta intransigente pelas liberdades e pela educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e de qualidade.

Em São Paulo, capital, XI Encontro Nacional da REDA DATALUTA, 7 de dezembro de 2017.

NERA – Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária.  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP (SP)

LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária.  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU (MG)

NATERRA – Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários.  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM (MG)

NEAG – Núcleo de Estudos Agrários.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

DATALURE – Banco de Dados das Lutas e Resistências à política de Modernização  
Territorial no Vale do Jaguaribe.  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

GECA – Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do  
Pantanal.  
Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT

GEOLUTAS – Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade.  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (PR)

GETEC – Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato.  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

LABERUR – Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos.  
Universidade Federal do Sergipe – UFS

LABET – Laboratório de Estudos Territoriais.  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

LAGET – Laboratório de Geografia e Estudo das Dinâmicas Territoriais da Universidade  
Federal de Goiás campus Jataí - UFG

LERASSP – Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

NEADEC – Núcleo de Estudos e Projetos Agrários sobre Desenvolvimento, Espaço e  
Conflito  
Universidade Federal do Pará.

GEDITE – Grupo de Estudos em Dinâmica Territorial  
Universidade Estadual do Maranhão